

CONTAS CONSOLIDADAS

2014



A 9
2
h
one



The coat of arms of Vila de Mafra, featuring a shield with a red field, a yellow castle tower, and a red cross, topped with a crown and surrounded by a ribbon with the text 'VILA DE MAFRA'.



CONTAS CONSOLIDADAS

- EXERCÍCIO 2014-

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	
MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A	4
GIATUL E.M. S.A	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	6
BALANÇO CONSOLIDADO	8
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	11
ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	12
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	33
RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO DAS CONTAS CONSOLIDADAS	37



APRESENTAÇÃO

O Município de Mafra apresentou demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez em 31 de Dezembro de 2010, na sequência da obrigatoriedade de apresentar demonstrações financeiras consolidadas conforme estabelecido no n.º 1 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Uma vez que, o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 232/97, de 13 de Setembro, não estabeleceu os princípios que devem estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas, e cabe à Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública (CNCAP) deliberar sobre todas as matérias necessárias à aplicação e aperfeiçoamento do (POCP), foi aprovada a orientação n.º 1/2010, pela Portaria n.º 474/2010 a 1 Junho de 2010, em que apresenta um conjunto de princípios enquadradores que devem de estar subjacentes à consolidação de contas.

O perímetro de consolidação do Município de Mafra engloba as empresas municipais, MATADOURO Regional de Mafra, S.A., detido a 93,33% e GIATUL E.M. S.A., detida a 100%.

Face ao exercício de 2013, e em conformidade com o artigo 75º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra mantém-se inalterado, havendo total comparabilidade das Contas consolidadas.

A documentação a seguir apresentada explicita as orientações seguidas relativamente à elaboração das Contas consolidadas do Município de Mafra do exercício de 2014.



ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A.

O MATADOURO Regional de Mafra, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 2001, com sede na Rua do Matadouro, n.º 1, Fontainhas - 2644-002 São Miguel de Alcaíça. A sociedade tem por objeto o comércio e indústria transformadora de gado e carnes verdes e produtos provenientes do abate.

O seu Capital Social é de 750.000,00 euros, representado por 150.000 ações e os acionistas são:

- Município de Mafra, com 140.000 ações correspondente a 700.000 euros;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, S.A. com 6.000 ações correspondente a 30.000 euros;
- Cooperativa de Produtores e Comerciantes Agropecuários do Concelho de Mafra, Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros;
- Associação de Agricultores do Concelho de Mafra, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros;
- Matadouro Regional de Mafra, S.A. - com 1.000 ações próprias correspondente a 5.000 euros;
- Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra, com 1.000 ações correspondente a 5.000 euros.

GIATUL E.M. S.A

A GIATUL, E.M.-S.A. é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, a qual tem por objecto social o exercício de atividades de interesses público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo Mil Regos ou Ericeira Camping, infraestrutura que justificou a criação desta sociedade.

Foi constituída em Junho de 2004 com o Capital Social de 500.000,00 €, pelos accionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital.

Em Março de 2005 o parceiro Orbitur, SA, cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Atividades Turísticas, Lda., mantendo-se o valor das quotas com a mesma distribuição.



Em Março de 2008 a Bluematrix, Lda. cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. mantendo-se o valor nominal das quotas.

Em Agosto de 2010 a Imoestrela, SA, cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M.S.A..

Em 10 de Abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M. S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para "Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A..

A empresa tem como objeto, o exercício das seguintes atividades de interesse público municipal:

- a) Exploração do Parque de Campismo de Mil Regos;
- b) Conservação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos do Parque de Campismo;
- c) Realização de investimentos para a expansão da actividade do Parque de Campismo, de acordo com a vocação e dentro dos limites do terreno que ocupa.
- d) Concepção, construção, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal urbana ou rural de acordo com a programação aprovada pelo Município sob proposta da empresa;
- e) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos ou de utilização colectiva que sejam de propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano;
- f) Conservação, restauração, reparação ou beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- g) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- h) Gestão da concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e respetivas infraestruturas, no Município de Mafra.

A título acessório, a empresa poderá exercer outras atividades, de âmbito municipal, nas áreas da cultura, do desporto e da educação, designadamente a prestação de serviços, bem como a exploração de outras atividades de turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.



SUMÁRIO EXECUTIVO

O método de consolidação utilizado foi o de integração global, que consiste na soma das rubricas de Balanço e da Demonstração dos Resultados, eliminando-se os saldos e transacções intragrupo, incluindo os investimentos financeiros da empresa-mãe e os Capitais próprios das suas participadas.

Foi elaborado o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados consolidados e a Demonstração consolidada dos Fluxos de Caixa, recorrendo a informações dos anexos e fluxos de caixa das contas individuais, das próprias demonstrações financeiras e de outras informações externas obtidas.

De seguida, em termos consolidados, apresentamos uma breve análise aos valores obtidos na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, ao nível do seu Balanço e da sua Demonstração dos resultados.

Relatório - Síntese das Demonstrações Financeiras Consolidadas do ano 2014

Balanço Consolidado 2014

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do "Grupo" Municipal, sobre os quais incidirá a respectiva análise.

- O Balanço Municipal Consolidado evidencia um Activo Líquido total de 264 milhões de euros, constituído maioritariamente por activos imobilizados que ascendem a 232,6 milhões de euros (88,1% do total do balanço), com a representação do Município de 98%;
- O activo circulante corresponde a 1,8% do activo líquido, com destaque para os depósitos e caixa (1,4%);
- Os Fundos Próprios Municipais consolidados cifram-se em 189,3 milhões de euros, registando um aumento de 1,9 milhões de euros;
- O total do Passivo do Balanço Municipal soma 74,6 milhões de euros, representados por:
 - Empréstimos contraídos cerca de 15% do passivo consolidado, os quais se referem a empréstimos do Município e da GIATUL;
 - 50% correspondem a acréscimos e diferimentos, sendo que 46,2% equivalem a proveitos diferidos de subsídios para investimentos;
 - cerca de 10% representam as provisões constituídas pelo "Grupo" Municipal, no valor de 7.815.434 euros.





Demonstração Consolidada dos Resultados 2014

Os Resultados Operacionais negativos de 2014, no valor de -5,7 milhões de euros, registam um agravamento de 814.963 euros, relativamente ao ano anterior, por via do aumento das Provisões do exercício para riscos e encargos no valor de 7,5 milhões de euros.

Os resultados financeiros consolidados de 2014, negativos no valor de 120 milhares de euros, apresentam uma melhoria de 333,5 milhares de euros face a 2013.

Os resultados líquidos consolidados registam uma melhoria de 737.573 euros, justificado essencialmente pelos resultados obtidos no Município de Mafra.



BALANÇO CONSOLIDADO

ACTIVO	31-Dezembro-2014			31-Dezembro-2013
	AB	A/P	AL	AL
Imobilizado:				
<u>Bens de domínio público</u>				
Terrenos e recursos naturais	5.990.139		5.990.139	5.343.660
Outras Construções e infra-estruturas	227.443.778	113.022.596	114.421.182	123.064.789
Bens do património histórico, artístico e cultural	90.816	10.606	80.211	81.896
Imobilizações em curso	0		0	18.003
27	233.524.733	113.033.201	120.491.531	128.508.348
<u>Imobilizações incorpóreas</u>				
Propriedade industrial e outros direitos	6.083	296	5.786	0
27	6.083	296	5.786	0
<u>Imobilizações corpóreas</u>				
Terrenos e recursos naturais	23.464.068		23.464.068	22.440.594
Edifícios e outras construções	96.271.539	17.517.713	78.753.827	78.938.588
Equipamento básico	25.722.309	20.352.303	5.370.007	6.491.949
Equipamento de transporte	2.462.556	2.247.654	214.901	254.716
Ferramentas e utensílios	537.240	531.694	5.546	50.870
Equipamento Administrativo	4.188.337	3.847.941	340.396	463.117
Outras imobilizações corpóreas	886.173	753.034	133.139	230.116
Imobilizações em curso	264.833		264.833	445.596
27	153.797.055	45.250.338	108.546.717	109.315.545
<u>Investimentos financeiros</u>				
Partes de capital	1.491.831		1.491.831	1.552.277
Outras aplicações financeiras	2.058.205		2.058.205	1.000
27	3.550.036	0	3.550.036	1.553.277
Circulante:				
<u>Existências</u>				
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	78.329		78.329	84.162
Produtos e trabalhos em curso	0		0	547
	78.329	0	78.329	84.709
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
	0	0	0	0
<u>Dívidas de terceiros - curto prazo:</u>				
Empréstimos concedidos			0	
Clientes c/c	493.082		493.082	570.264
Contribuintes c/c	18.542		18.542	40.817
Utentes c/c	163.433		163.433	212.799
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança div.	543.364	542.170	1.195	3.715
Adiantamentos a fornecedores	0		0	0
Estado e outros entes públicos	322.748		322.748	512.785
Outros devedores	157.674		157.674	855.690
32	1.698.843	542.170	1.156.674	2.196.071
<u>Títulos negociáveis</u>				
	0	0	0	0
<u>Depósitos em instituições financeiras e Caixa:</u>				
Depósitos em instituições financeiras	3.647.946		3.647.946	3.181.319
Caixa	7.184		7.184	7.987
	3.655.130	0	3.655.130	3.189.306
<u>Acréscimos e diferimentos</u>				
Acréscimos de proveitos	26.455.268		26.455.268	20.867.394
Custos diferidos	81.079		81.079	99.596
	26.536.348	0	26.536.348	20.966.989
Total de amortizações		158.283.836		
Total de provisões		542.170		
Total do activo	422.846.556	158.826.005	264.020.551	265.814.245





FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	31-Dezembro- 2014	31-Dezembro- 2013
Fundos Próprios		
Património	181.801.493	180.274.586
Ajustamento de partes de capital em empresas	7.200	75.690
Reservas:		
Doações	3.855.972	3.547.264
Reservas liquidação Mafratlântico	-9.339.414	-10.283.586
Resultados transitados	14.374.438	15.958.468
Resultado líquido em exercício	-2.866.535	-3.604.108
Total fundos próprios	189.318.224	187.453.383
Interesses Minoritários	109.472	99.011
Passivo		
Provisões para riscos e encargos e outras	7.815.434	1.620.446
	7.815.434	1.620.446
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo		
Empréstimos obtidos	11.026.468	11.042.821
Fornecedores de imobilizado - c/c	8.143.978	1.092.103
Acordo de pagamento de rendas	1.784.023	1.966.838
	20.954.469	14.101.761
Dívidas a terceiros curto prazo		
Empréstimos	100.000	272.839
Fornecedores c/c	3.123.637	5.187.010
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	755.992	924.711
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	2.160.574	13.525.977
Estado e outros entes públicos	411.208	620.573
Outros credores	1.698.649	3.645.162
Garantias e Cauções	11.719	9.682
	8.261.780	24.185.955
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	2.416.134	1.879.653
Proveitos diferidos	35.145.037	36.474.035
	37.561.171	38.353.688
Total do passivo	74.592.855	78.261.851
Total do capital próprio e do passivo	264.020.551	265.814.245



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

CUSTOS E PERDAS	2014		2013	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				
Mercadorias	818.059		878.932	
Matérias	<u>973.720</u>		<u>632.656</u>	
		1.791.779		1.511.587
Fornecimentos e serviços externos	19.594.172		20.029.226	
Custos com pessoal				
Remunerações	12.397.919		13.418.164	
Encargos sociais	<u>2.699.204</u>		<u>2.892.941</u>	
		34.691.295		36.340.332
Transferências e subsídio correntes conced. e prest. sociais	<u>2.511.354</u>	2.511.354	<u>2.814.032</u>	2.814.032
Amortizações do exercício	14.314.871		14.265.089	
Provisões do exercício	<u>7.611.219</u>	21.926.089	<u>98.895</u>	14.363.985
Outros custos e perdas operacionais	<u>96.471</u>	<u>96.471</u>	<u>132.329</u>	<u>132.329</u>
(A)		61.016.990		55.162.264
Custos e perdas financeiras	<u>490.027</u>	<u>490.027</u>	<u>815.088</u>	<u>815.088</u>
(C)		61.507.017		55.977.352
Custos e perdas extraordinárias	<u>621.369</u>	<u>621.369</u>	<u>752.280</u>	<u>752.280</u>
(E)		62.128.385		56.729.632
Imposto sobre o rendimento	<u>67.905</u>	<u>67.905</u>	<u>88.114</u>	<u>88.114</u>
Interesses minoritários		62.196.291		56.817.747
Resultado líquido exercício		<u>-11.292</u>		<u>-11.877</u>
		-2.866.535		-3.604.108
PROVEITOS E GANHOS	2014		2013	
Vendas e prestações de serviços				
Vendas de mercadorias	1.258.282		1.140.775	
Vendas de produtos	324.975		195.735	
Prestações de serviços	<u>11.629.179</u>		<u>10.273.405</u>	
		13.212.436		11.609.916
Impostos e taxas	29.499.580		24.261.552	
Trabalhos para a própria entidade	0		1.363.348	
Proveitos suplementares	165.273		104.899	
Transferências e subsídios correntes obtidos	12.431.268		12.928.879	
Outros proveitos e ganhos operacionais	<u>2.102</u>	<u>42.098.223</u>	<u>2.304</u>	<u>38.660.981</u>
(B)		55.310.659		50.270.897
Proveitos e ganhos financeiros	<u>369.612</u>	<u>369.612</u>	<u>361.128</u>	<u>361.128</u>
(D)		55.680.271		50.632.025
Proveitos e ganhos extraordinários	<u>3.660.777</u>	<u>3.660.777</u>	<u>2.593.490</u>	<u>2.593.490</u>
(F)		59.341.048		53.225.515
Resultado operacional		-5.706.331		-4.891.367
Resultados financeiros		-120.415		-453.959
Resultados correntes		-5.826.745		-5.345.327
Resultados antes impostos		-2.787.337		-3.504.117
Resultado exercício (Exc. Interesses minoritários)		-2.855.242		-3.592.231



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

RECEBIMENTOS	2014	2013
Saldo da gerência anterior	<u>3.176.180</u>	<u>6.156.506</u>
Execução orçamental	1.644.458	4.603.743
Operações de tesouraria	1.531.722	1.552.763
Total das receitas orçamentais	60.615.302	52.973.760
Receitas correntes	<u>55.090.142</u>	<u>43.615.278</u>
Receitas capital	<u>5.427.035</u>	<u>9.234.365</u>
Receitas outras	<u>98.126</u>	<u>124.117</u>
Operações de tesouraria	<u>2.396.540</u>	<u>2.634.660</u>
Total	<u>66.188.023</u>	<u>61.764.925</u>
PAGAMENTOS	2014	2013
Total das despesas orçamentais	<u>60.021.375</u>	<u>56.084.962</u>
Despesas correntes	<u>46.080.600</u>	<u>39.121.927</u>
Despesas capital	<u>13.940.775</u>	<u>16.963.035</u>
Operações de tesouraria	<u>2.511.517</u>	<u>2.490.657</u>
Saldo da gerência seguinte	<u>3.655.130</u>	<u>3.189.306</u>
Execução orçamental	1.914.306	1.644.458
Operações de tesouraria	1.740.824	1.544.848
Total	<u>66.188.023</u>	<u>61.764.925</u>



ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

O MUNICÍPIO DE MAFRA (adiante designado apenas por CMM) apresenta demonstrações financeiras consolidadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010 de 01 de Julho a qual aprovou a Orientação n.º1/2010 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", uma vez que o POCAL não estabeleceu os princípios que devem de estar subjacentes a uma adequada consolidação de contas.

Todos os valores são apresentados em euros.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



I - INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

NOTA 1 – ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detençã o	% do capital detido	Incl.
				31 Dez 2014	
Município de Mafra	Praça do Município 2644-001 Mafra	Prosecução dos interesses próprios da população do concelho de Mafra.			a) c)
Matadouro Regional de Mafra, SA	Rua do Matadouro, n.º 1, Fontainhas 2644-002 São Miguel de Alcaíña	Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate.	CMM	93,33%	b) c)
GIATUL - Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	Parque de Campismo de Mil Regos - Estrada Nacional 247, km 49,4 2655-319 Ericeira	Exercício de atividades de interesse público municipal de natureza turística e recreativa, em particular no que se refere ao Parque de Campismo de Mil Regos ou Ericeira Camping, conceção, construção e manutenção de infraestruturas urbanas, bem como a instalação e manutenção de espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva.	CMM	100,00%	b) c)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

b) Entidade controlada pela Câmara Municipal de Mafra.

c) Daqui em diante, CMM, Matadouro e GIATUL.



NOTA 2 – ENTIDADES EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

NOTA 3 – ENTIDADES ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.
				31 Dez 2014	
Coop. Tapada Nacional de Mafra, CIPRL	Portão do Codeçal 2640-602 Mafra	Investigação e preservação da fauna e da flora, educação ambiental, atividade cinegética e a prestação de serviços de turismo rural.	CMM	21,97%	

NOTA 4 – ENTIDADES ASSOCIADAS NÃO CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Não aplicável.

NOTA 5 – ENTIDADES OBJECTO DE CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

Não aplicável.



NOTA 6 – OUTRAS PARTICIPAÇÕES – ENTIDADES NÃO CONSOLIDADAS E NÃO INCLUÍDAS NAS NOTAS 1 A 4

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido	Obs.
				31 Dez 2014	
MUNICÍPIA – Empresa Cart. Sist. Informação, SA	Tagusparque Ed. Ciência II, nº 11, 3B 2740-120 Porto Salvo	Operações nas áreas da Fotografia Aérea, Cadastro, Cartografia, Formação, Consultoria, SIG e Desenvolvimento de Aplicações.	CMM	2,31%	a)
Caixa de Crédito agrícola Mútuo de Mafra	Terreiro D. João V - Mafra	Crédito Agrícola.	Matadouro CMM	0,008% 0,004%	a)
SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA	Av. Defensores de Chaves, 45 – 3º 1000-112 Lisboa	Exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão, em regime de concessão	CMM	3,50%	a)

a) Mensurada ao custo de aquisição.

NOTA 7 – NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES AO SERVIÇO

O número médio de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 986 em 31 de Dezembro 2014, decomposto da seguinte forma:

Firma	Número de funcionários
Município de Mafra	898
Matadouro Regional de Mafra, SA	30
GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M. S.A.	58
Total	986



II – INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

NOTA 8 – INSUFICIÊNCIA DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não aplicável.

NOTA 9 – AFASTAMENTO DAS NORMAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA SE OBTER UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não aplicável.

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

NOTA 10 – DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação utilizado é o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais da entidade consolidante com os elementos respetivos dos Balanços, Demonstração dos Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais das entidades consolidadas.

Foi adotado o Método de Consolidação Integral, pelo facto da entidade-mãe ter contabilizado na sua conta patrimonial 41 – “Investimentos financeiros” o valor da participação dos capitais próprios das participadas.

Rubrica “Diferença de Consolidação”:

Sendo o valor da participação na entidade mãe igual ao valor da fração dos capitais próprios das empresas participadas, não há lugar ao reconhecimento da diferença de consolidação.



NOTA 11 - DERROGAÇÃO ÀS REGRAS GERAIS DE PREPARAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As amortizações de diversos bens do imobilizado das empresas municipais são calculadas com base em taxas de amortização diferentes das utilizadas pela CMM. Com efeito as empresas municipais utilizam as taxas de acordo com a vida útil estimada como indicado no normativo contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e a CMM amortiza de acordo com as taxas prescritas no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado).

Optou-se por não proceder à harmonização das amortizações das empresas municipais com as da CMM, uma vez que julgamos as taxas de amortização utilizadas pelas empresas municipais mais adequadas tendo em conta as suas atividades, ficando desta forma os imobilizados nas demonstrações financeiras consolidadas com uma mensuração que entendemos como mais verdadeira e apropriada.

NOTA 12 - ELIMINAÇÕES NÃO EFETUADAS POR SEREM MATERIALMENTE IRRELEVANTES

Não aplicável.

NOTA 13 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTEGRADAS NA CONSOLIDAÇÃO ELABORADAS EM DATA DIFERENTE DAS DA ENTIDADE-MÃE E ACONTECIMENTOS IMPORTANTES OCORRIDOS ENTRE A DATA DOS BALANÇOS DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E O BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 14 - COMPARABILIDADE E ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

Face ao exercício de 2013, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Maфра manteve-se inalterado, havendo a total comparabilidade das Contas consolidadas entre os dois exercícios.



NOTA 15 – UTILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DIFERENTES DOS UTILIZADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Não aplicável.

NOTA 16 – AJUSTAMENTOS EXCEPCIONAIS EFECTUADOS COM FINS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 17 – AMORTIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO PARA ALÉM DE CINCO ANOS

Não aplicável.

NOTA 18 – CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As participações financeiras em entidades associadas estão mensuradas ao valor de aquisição.

NOTA 19 – DISCRIMINAÇÃO DAS DIFERENÇAS DE AQUISIÇÃO PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL QUANDO NÃO REFLECTIDAS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 20 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DAS ASSOCIADAS DIFERENTES DOS UTILIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.



IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

NOTA 21 – COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO EVIDENCIADOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.

NOTA 22 – RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos aos funcionários e aos membros dos órgãos executivos, assim como todas as garantias prestadas a terceiros.

As responsabilidades da CMM por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança podem ser consultadas no anexo individual da CMM.

Os empréstimos de financiamento obtidos pelas Giatul junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às participações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os art.ºs 27.º e 31.º da Lei 58/98, de 18/08.

O Matadouro tem as seguintes restrições de titularidade de imobilizações corpóreas dados como garantia de passivos:

Activos fixos tangíveis cuja titularidade está restringida e/ou dados como garantia de passivos		Activos fixos tangíveis cuja titularidade está restringida		Activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos			
		Natureza das restrições	Quantias escrituradas	Formas das garantias	Quantias escrituradas dos activos dados como garantia	Passivos garantidos	
						Natureza dos passivos	Quantia escrituradas dos passivos
31.12.2014	Terreno e Instalações	Garantia hipotecária	2.320.000,00 €				
Totais			2.320.000,00 €		0,00 €		0,00 €
31.12.2013	Terreno e Instalações	Garantia hipotecária	2.320.000,00 €				
Totais			2.320.000,00 €		0,00 €		0,00 €

Conta caucionada associada à conta n.º 10020 – Até ao montante de 400.000,00€ (Quatrocentos mil euros), com garantia hipotecária do terreno e instalações, conforme escritura celebrada no Cartório Notarial de Mafra em 26 de Março de 2003. A 31.12.2014 não existia nenhum valor utilizado.



V - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registados ao custo de aquisição, considerando-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

As amortizações são calculadas a partir da entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes e às taxas fixadas na Portaria n.º 671/2000, publicada no Diário da República II Série, n.º 91, de 17 de Abril – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado e do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Ainda de acordo com o CIBE, são totalmente amortizados no ano de aquisição os bens sujeitos a depreciação, em mais de um ano económico, cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, reportado ao ano de aquisição.

No caso da avaliação do património da CMM efetuado pela SIGHT®, reportada às demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2002, conforme relatório realizado pela empresa, a reconciliação, a avaliação e a amortização dos bens foi efectuada pelos métodos previstos no POCAL, em que perante a impossibilidade de apuramento do custo histórico, foi utilizado o método do custo e o valor de mercado.

No caso das empresas municipais, as amortizações são efectuadas utilizando-se taxas de acordo com a vida útil estimada (Sistema de Normalização Contabilística).

Investimentos financeiros

As entidades associadas estão contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. As restantes participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição.

Existências

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respetivos custos de venda.



Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

As provisões para cobranças duvidosas são estabelecidas quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

No caso específico das dívidas associadas à atividade da CMM, consideram-se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Especialização de exercícios

As entidades incluídas na consolidação, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

NOTA 24 – COTAÇÕES PARA CONVERSÃO EM MOEDA NACIONAL DAS DÍVIDAS A PAGAR EM MOEDA ESTRANGEIRA

Não aplicável.



VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

NOTA 25 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Não aplicável.

NOTA 26 – AMORTIZAÇÃO DE “TRESPASSES” PARA ALÉM DE CINCO ANOS

Não aplicável.

NOTA 27 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates/Ajustamentos	Saldo final
De bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	5.343.660	646.546	0	-68	5.990.139
Outras Construções e infraestruturas	225.615.946	1.827.832	0	0	227.443.778
Bens do patrim. histórico artístico e cultural	90.816	0	0	0	90.816
Imobilizações em curso	18.003	0	0	(18.003)	0
	231.068.425	2.474.378	0	(18.071)	233.524.733
De imobilizações incorpóreas					
Propriedade industrial e outros direitos	5.215	867	0	0	6.083
	5.215	867	0	0	6.083
De imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	22.440.594	1.379.868	(337.394)	(19.000)	23.464.068
Edifícios e outras construções	94.764.784	1.732.370	(183.395)	(42.221)	96.271.539
Equipamento básico	25.381.302	430.116	(5.271)	(83.838)	25.722.309
Equipamento de transporte	2.426.876	35.679	0	0	2.462.556
Ferramentas e utensílios	536.855	2.751	0	(2.366)	537.240
Equipamento administrativo	4.335.076	21.069	(853)	(166.955)	4.188.337
Outros imobilizações corpóreas	883.273	3.272	0	(373)	886.173
Imobilizações em curso	445.596	18.445	0	(199.207)	264.833
	151.214.357	3.623.571	(526.912)	(513.960)	153.797.055
De investimentos financeiros					
Partes de capital	1.552.277	0	0	(60.445)	1.491.831
Investimentos em imóveis	0	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	1.000	2.057.205	0	0	2.058.205
	1.553.277	2.057.205	0	(60.445)	3.550.036
	382.287.998	6.098.816	(526.912)	(532.031)	390.877.906



Amortizações e Ajustamentos

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Outras Construções e infraestruturas	102.551.157	10.471.439	0	113.022.596
Bens do património histórico artístico e cultural	8.921	1.685	0	10.606
	102.560.077	10.473.124	0	113.033.201
De imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	105	191	0	296
	105	191	0	296
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	15.731.101	1.830.074	(43.462)	17.517.713
Equipamento básico	18.889.353	1.542.212	(79.262)	20.352.303
Equipamento de transporte	2.172.160	75.495	0	2.247.654
Ferramentas e utensílios	436.540	14.368	(2.366)	448.542
Equipamento administrativo	3.891.686	133.045	(164.394)	3.860.337
Outros imobilizações corpóreas	777.557	46.342	(109)	823.789
	41.898.398	3.641.535	(289.595)	45.250.338
	144.458.580	14.114.850,5	(289.595)	158.283.836
		2		

Relativamente às Imobilizações incorpóreas, designadamente no que respeita a Propriedade industrial e outros direitos, no âmbito dos ajustamentos de consolidação, foram regularizados, por contrapartida de Proveitos diferidos (3.000.000 euros) e Resultados transitados (6.012.308 euros), os direitos de superfície de imóveis cedidos, em 2004 e entre 2007 e 2008, pelo Município de Mafra à Giatul, no valor global líquido de 9.012.308 euros.

NOTA 28 – CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO EXERCÍCIO

Não aplicável.

NOTA 29 – AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS EXTRAORDINÁRIOS FEITOS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS FISCAIS

Não aplicável.



NOTA 30 – DIFERENÇAS ENTRE OS CUSTOS DOS ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE E RESPECTIVOS PREÇOS DE MERCADO

Não aplicável.

NOTA 31 – ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Não aplicável.

NOTA 32 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE ACTIVO CIRCULANTE

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Clientes c/c	1.265.468	-713.007	(59.379)	493.082
Contribuintes c/c	40.817	0	(22.275)	18.542
Utentes c/c	297.600	0	(134.167)	163.433
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	658.190	1.593	(116.419)	543.364
Devedores pela execução do orçamento	0	0	0	0
Adiantamento a fornecedores	0	0	0	0
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos	512.785	86.971	(277.008)	322.748
Administração autárquica	0	0	0	0
Outros devedores	855.690	9.719	(707.736)	157.674
	<u>3.630.551</u>	<u>-614.724</u>	<u>(1.316.984)</u>	<u>1.698.843</u>

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuição	Saldo final
Clientes c/c	387.604	154.566		542.170
Contribuintes c/c	0			0
Utentes c/c	0			0
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0			0
Devedores pela execução do orçamento	0			0
Adiantamento a fornecedores	0			0
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	0			0
Estado e outros entes públicos	64.281		(64.281)	0
Administração autárquica	0			0
Outros devedores	9.176		(9.176)	0
	<u>461.062</u>	<u>154.566</u>	<u>(73.458)</u>	<u>542.170</u>



NOTA 33 – DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

Relativamente ao consórcio Zagope/Construtora do Tâmega, do valor de 4.000.000 euros em dívida à data do Balanço a 31-Dezembro-2014, registado em Fornecedores de imobilizado, 1.256.979 euros são vencíveis a mais de 5 anos.

Relativamente ao Banco Português de Investimento, do valor de 3.296.327 euros em dívida à data do Balanço a 31-Dezembro-2014, registado em Fornecedores de imobilizado, 2.425.557 euros são vencíveis a mais de 5 anos.

NOTA 34 – DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Não aplicável.

NOTA 35 – DIFERENÇAS ENTRE AS IMPORTÂNCIAS DAS DÍVIDAS A PAGAR E CORRESPONDENTES QUANTIAS ARRECADADAS

Não aplicável.

NOTA 36 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADES E MERCADOS GEOGRÁFICOS +

Rubrica	Dez-2014	
	Mercado Interno	Mercado Externo
Vendas	1.583.257	0,00
Prestações de serviços	11.629.179	0,00

NOTA 37 – EFEITOS NO RESULTADO CONSOLIDADO DE CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS COM VISTA A OBTER VANTAGENS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 38 – SITUAÇÕES QUE AFECTEM SIGNIFICATIVAMENTE OS IMPOSTOS FUTUROS

Não aplicável.



NOTA 39 – REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA ENTIDADE-MÃE

Informação detalhada no anexo individual do relatório e contas do Município.

NOTA 40 – ADIANTAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DA ENTIDADE-MÃE

Não aplicável.

NOTA 41 – DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS OU DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

NOTA 42 – REAVALIAÇÕES

Não aplicável.

NOTA 43 – COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

Face ao exercício de 2013, e em conformidade com o artigo 75º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro de 2013, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Mafra mantém-se inalterado, havendo total comparabilidade das Contas consolidadas.



NOTA 44 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e perdas financeiras	2014	2013
Juros suportados	385.733	673.325
Perdas em empresas do grupo e associadas	0	37
Descontos de pronto pagamento concedidos	51.762	45.854
Outros custos e perdas financeiras	52.533	95.872
	490.027	815.088

Proveitos e ganhos financeiros	2014	2013
Juros obtidos	10.874	90.285
Ganhos em empresas do grupo e associadas	8.045	0
Rendimentos de imóveis	216.504	118.277
Rendimentos de participações de capital	134.069	149.321
Descontos de pronto pagamento obtidos	104	2
Outros proveitos e ganhos financeiras	17	3.244
	369.612	361.128

Resultados financeiros	-120.415	-453.959
-------------------------------	-----------------	-----------------

NOTA 45 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e perdas extraordinários	2014	2013
Transferências de capital concedidas	23.500	258.822
Donativos	0	0
Dívidas incobráveis	0	0
Perdas em existências	0	6.421
Perdas em imobilizado	85.246	333.030
Multas e penalidades	0	64.119
Correcções relativas a exercícios anteriores	512.089	82.350
Outros custos e perdas extraordinárias	534	7.539
Total	621.369	752.280



Proveitos e ganhos extraordinários	2014	2013
Ganhos em existências	13	6.653
Ganhos em imobilizado	664.215	116.523
Benefícios de penalidades contratuais	321.431	247.416
Reduções de amortizações e provisões	131.275	57.285
Correcções relativas a exercícios anteriores	99.429	116.284
Outros proveitos e ganhos extraordinárias	2.444.414	2.049.329
Total	3.660.777	2.593.490
Resultados extraordinários	3.039.408	1.841.210

NOTA 46 – DESDOBRAMENTO DA CONTA DE PROVISÕES E MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO

Provisões	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	461.062	154.566	(73.458)	542.170
Provisões para riscos e encargos	1.620.446	7.593.482	(1.398.493)	7.815.434
	2.081.508	7.748.047	(1.471.951)	8.357.604

Na conta "Provisões para Riscos e Encargos" verificou-se um aumento devido à constituição de provisões dos processos judiciais em curso.

O valor global dos pedidos de indemnização, em função dos processos judiciais cuja resolução se encontra pendente, ascende a 7.592.544,16 €. Para este valor concorrem também os processos relativos à expropriação dos prédios necessários à construção da A21, os quais, face à dissolução da Mafratlântico - Vias rodoviárias, EM, em 31 de Dezembro de 2013 e o acordo celebrado entre a EP – Estradas de Portugal, SA, o Município de Mafrã e a aludida empresa, são da responsabilidade do Município, competindo-lhe pagar os montantes indemnizatórios que vierem a ser fixados judicialmente.

Para definir o valor de provisão relativo aos processos expropriativos, considerou-se o valor fixado em relatório pericial mais recente nos processos em curso, adoptando-se, no caso de a posição dos peritos não ser unânime, à posição dominante, o que totaliza, para estes processos o montante de 4.523.929,14 €.



Relativamente ao montante de 3.068.618,02 € correspondente aos demais processos judiciais em curso, que têm vindo a ser acompanhados pelos serviços do Município, pelo seu Departamento Jurídico e pela sociedade de Advogados externa, há que referir que este montante estimado totaliza o valor máximo expectável pelo qual o Município pode eventualmente vir a ter de responder.

Na conta de "Outras Provisões" verificou-se uma grande redução pela anulação de provisão por conta de acordos com a Zagope e BPI (perdão de juros no montante de 886.643 €) para a regularização dos direitos e obrigações assumidos pelo Município de Mafra na sequência da Liquidação e Dissolução da empresa Mafratlântico, E.M..

NOTA 47 – BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – VALORES CONTABILÍSTICOS

Não aplicável.

NOTA 48 – DÍVIDAS TITULADAS NÃO EVIDENCIADAS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Não aplicável.



VII - INFORMAÇÕES DIVERSAS

NOTA 49 – OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável.

NOTA 50 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A informação relativa aos imóveis sobre os quais foram constituídos direitos de superfície encontra-se detalhada no anexo individual do relatório e contas do Município.



NOTA 51 – SALDOS E TRANSACÇÕES INTRAGRUPO

À data de 31 de Dezembro de 2014 os saldos e transacções financeiras intragrupo existentes, e anulados no processo de consolidação de contas, são os seguintes:

Saldos	Município Mafra	Giatul	Total
<u>Município Mafra</u>			
Fornecedores		-47.321	-47.321
Outros Credores		-1.086.018	-1.086.018
<u>Giatul</u>			
Clientes	1.132.189		1.132.189
Total	1.132.189	-1.133.339	-1.149
<u>Transacções</u>			
<u>Município Mafra</u>			
Proveitos Financeiros		20.999	20.999
Proveitos Extraordinários		79.830	79.830
Prestação Serviços		110.376	110.376
FSE		-381.662	-381.662
<u>Giatul</u>			
Prestação Serviços	381.662		381.662
FSE	-211.205		-211.205
Total	170.457	-170.457	0

NOTA 52 – DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA

A dívida bruta consolidada do Município de Mafra é como se segue:

Saldos	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Total
Fornecedores	3.879.629		3.879.629
Fornecedores Imobilizado	2.160.574	8.143.978	10.304.552
Empréstimos bancários	100.000	11.026.468	11.126.468
Outros credores	1.710.368	1.784.023	3.494.391
Total	7.850.572	20.954.469	28.805.040



NOTA 53 – ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO MÉDIO/LONGO PRAZO

O endividamento consolidado a médio/longo prazo decompõe-se da seguinte forma:

Credor	Entidade	Montante	Taxa Juro	Início	Fim
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	126.430,17 €	Euribor 6 meses + 0,875%	09/1995	10/2022
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	273.181,11 €	Euribor 6 meses + 0,875%	01/1998	06/2024
Banco BPI, S.A.	Município de Mafra	863.304,07 €	Euribor 6 meses	01/1999	03/2019
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	562.917,82 €	Euribor 6 meses	06/2000	10/2020
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	796.828,15 €	Euribor 6 meses + 0,39%	06/2001	08/2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	796.828,15 €	Euribor 6 meses + 0,39%	06/2001	08/2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	294.661,56 €	Euribor 6 meses + 0,39%	07/2001	08/2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	144.380,92 €	Euribor 6 meses + 0,39%	07/2001	08/2021
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	237.230,35 €	Euribor 6 meses + 0,475%	10/2001	03/2027
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	83.095,93 €	Euribor 6 meses + 0,475%	10/2001	03/2027
Banco Espírito Santo, S.A.	Município de Mafra	454.338,29 €	Euribor 3 meses + 0,6%	12/2003	11/2023
Caixa Geral de Depósitos	Município de Mafra	535.582,96 €	Euribor 3 meses + 0,153%	07/2005	07/2025
Mileniumm BCP	Município de Mafra	486.875,00 €	Euribor 180 dias + 7%	08/2013	07/2017
Zagope, S.A.	Município de Mafra	3.493.482,91 €	4,00%	12/2014	12/2021
Banco BPI, S.A.	Município de Mafra	3.296.327,33 €	Euribor 3 meses + 3%	12/2014	11/2024
Santander-Totta	Giatul	500.000,00 €	3,18%	12/2014	12/2018
Caixa Geral de Depósitos	Giatul	3.160.000,00 €	3,50%	12/2004	12/2021
Caixa Geral de Depósitos	Giatul	1.490.940,68 €	3,02%	01/2005	01/2022
Mileniumm BCP	Giatul	794.375,00 €	6,50%	08/2013	07/2017
Total		18.390.780,40 €			

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2014

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Município de Mafra, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de balanço de 264.020.551 euros e um total de fundos próprios de 189.318.224 euros, incluindo um resultado líquido negativo consolidado de 2.866.535 euros), a Demonstração consolidada dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo do Município de Mafra, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das entidades englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no ponto 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo do Município de Mafra, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. A inventariação dos bens do Activo Imobilizado do Município e a sua depreciação, designadamente os que foram objecto da inventariação inicial no exercício de 2002, apesar das diligências, actualizações e levantamentos exaustivos que têm vindo a ser postos em prática, não permitem, ainda, confirmar sobre a validação na totalidade dos valores registados.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no ponto 7 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Mafra em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião atrás expressa chama-se a atenção para as seguintes situações:
 - 9.1 De acordo com a Nota 8.2.33 do Anexo às Demonstrações Financeiras do Município, encontram-se registadas na rubrica Acréscimos de Proveitos as estimativas de impostos referentes a IMI, Derrama e Transferências do Orçamento de Estado de IRS de 2014 a receber em 2015, no montante global de 24.708.725 euros, conforme valores orçamentados para 2015. Deste montante global, 19.850.000 euros dizem respeito a IMI, registando a estimativa deste imposto um acréscimo de 3.228.536 euros (19%), relativamente ao valor efectivamente recebido em 2014.
 - 9.2 Conforme divulgado na Nota 8.2.27 do Anexo às Demonstrações Financeiras do Município, encontram-se pendentes de resolução diversos processos judiciais, cujo valor global de pedidos de indemnização poderá ascender a cerca de 3.000.000 euros. Tendo presente a análise efectuada no decorrer do exercício pelos Serviços do Município, a opinião do Departamento Jurídico e da Sociedade de Advogados externa, o Executivo procedeu à constituição de provisões de igual montante relativamente a estes processos judiciais em curso, por se considerar que este montante estimado, totaliza o valor máximo expectável pelo qual o Município pode eventualmente vir a ter responder.



9.3 A reserva mencionada no parágrafo n.º 8 da nossa Certificação das Contas Consolidadas emitida em 14 de Abril de 2014, sobre o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, deixou de ser aplicável ao Município, por resolução das situações relevantes ali mencionadas, provenientes da dissolução e liquidação da sociedade "Mafratlântico - Vias Rodoviárias", como a seguir indicado:

- Assinatura em 7 de Outubro de 2014 do "Acordo para regularização dos direitos e obrigações assumidos pelo Município de Mafra na sequência da liquidação e dissolução da Mafratlântico", com o consórcio empreiteiro constituído pelas empresas "Zagope, S.A." e "Construtora do Tamega, S.A.", com vista ao acordo para pagamento do valor em dívida, naquela data, de 4.462.969 euros, pelo prazo de 8 anos, terminando em 2021;
- Assinatura com a instituição de Crédito "Banco BPI, S.A", em 21 de Novembro de 2014 do "Contrato de consolidação e reestruturação de créditos", para liquidação do valor em dívida, naquela data, de 3.296.327 euros, pelo prazo de 10 anos, terminando em 2024;
- Conforme evidenciado na Nota 8.2.27 do Anexo às Demonstrações Financeiras, procedeu-se à constituição de provisões no valor de 4.523.926 euros para processos judiciais em curso, relacionadas com as expropriações de parcelas para construção da auto-estrada A21 pela Mafratlântico. O montante provisionado foi registado de acordo com o valor fixado em relatório pericial mais recente nos processos em curso, tendo-se adoptado pela posição dominante, no caso da posição dos peritos não ser unânime.

9.4 As demonstrações financeiras da Empresa Municipal "Giatul, E.M., S.A.", referentes ao exercício de 2014, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, apresentando na respectiva Certificação Legal das Contas a Ênfase, que se transcreve:

- "A "Giatul, E.M." detém uma participação financeira na empresa "Mafreduca, S.A.", em 49%, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2013 a "Mafreduca, S.A." apresentou Capitais Próprios negativos de 13.083.559 euros. Até à presente data ainda não foi disponibilizado o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014. A "Giatul, E.M." tem reconhecida a participação financeira por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da Administração que desta participação não resultarão para a Empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na "Mafreduca, S.A.", chamamos à atenção para o facto de que, segundo o art.º 68 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Temos conhecimento que a Administração da "Giatul, E.M." encontra-se a desenvolver esforços para a alienação da referida participação para cumprir o estipulado na Lei".

9.5 No perímetro de consolidação do conjunto das Empresas englobadas definido, foram seguidos os planos de contabilização POCAL e SNC (Sistema de Normalização Contabilística), situação que, na estrutura final dos resultados apresentados, limita, ainda que de forma residual, a comparabilidade das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 9.6 As alterações ao Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais previstas na Lei N.º 50/2012, de 31 de Agosto, foram aplicadas. Continua em curso, por parte do Município, o desenvolvimento dos procedimentos necessários para o cumprimento das alterações previstas na referida Lei, nomeadamente, a venda em hasta pública, visando a alienação integral ou parcial da participação no capital social do Matadouro Regional de Mafra, S.A. e o desenvolvimento dos procedimentos necessários para o cumprimento da alienação da participação financeira detida na Mafreduca, S.A., pela Giatul, E.M., S.A..

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório e contas consolidadas é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 13 de Abril de 2015

Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)
em representação de
PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nº 21



RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

Contas Consolidadas

Exercício de 2014

1. Nos termos do n.º 2 do Artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, que estabelece regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e em conformidade com as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 1 de Julho, que aprovou a orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do Sector Público Administrativo, procedemos ao exame do Relatório Consolidado e das contas consolidadas das entidades pertencentes à entidade consolidante - Município de Mafra.
2. De acordo com o mencionado no Relatório Consolidado as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.
3. Com base nas análises a que procedemos, na documentação que nos foi disponibilizada e o referido na Certificação Legal das Contas Consolidadas, que também emitimos, e faz parte integrante deste Relatório, é nosso

PARECER

- a) que os referidos elementos de prestações de contas consolidadas estão elaborados de acordo com os preceitos legais aplicáveis; e
- b) que reflectem a situação financeira em 31 de Dezembro de 2014 do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

Lisboa, 13 de Abril 2015

O FISCAL ÚNICO

Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)
em representação de
PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC, LDA
Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 LISBOA (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmi.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 PORTO
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmi.pt

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas (em 11/05/1998) sob o n.º 21

NIPC 501 612 181 Capital Social 108.000 €

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC, LDA é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista de Auditores da CMVM (em 20/02/1992) sob o n.º 1992